

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

DESENVOLVIMENTO
SAÚDE
EDUCAÇÃO
INCLUSÃO SOCIAL
TRABALHO DIGNO
RENDIMENTO
ACESSO A BENS E SERVIÇOS
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
RENDIMENTO
SAÚDE
SAÚDE
EDUCACÃO
SAÚDE
SAÚDE
TRABALHO DIGNO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
EDUCACÃO
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
DESENVOLVIMENTO
EDUCAÇÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
EDUCACÃO
TRABALHO DIGNO
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
IGUALDADE
RENDIMENTO
SAÚDE
EDUCACÃO

NOTA

A elaboração do Documento “Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro” foi coordenada pela Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com a participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, Janeiro 2013

SAÚDE
EDUCAÇÃO
DESENVOLVIMENTO DESENVOLVIMENTO
ACESSO A BENS E SERVIÇOS RENDIMENTO INCLUSÃO SOCIAL
INCLUSÃO SOCIAL TRABALHO DIGNO RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE RENDIMENTO
SAÚDE RENDIMENTO SAÚDE ERRADICAÇÃO DA POBREZA
SAÚDE INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO SAÚDE RENDIMENTO
SAÚDE TRABALHO DIGNO ERRADICAÇÃO DA POBREZA
ERRADICAÇÃO DA POBREZA RENDIMENTO
SAÚDE RENDIMENTO
EDUCAÇÃO RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE INCLUSÃO SOCIAL
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE DESENVOLVIMENTO
EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
EMPREGO
INCLUSÃO SOCIAL
TRABALHO DIGNO
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
IGUALDADE
RENDIMENTO
SAÚDE
EDUCAÇÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
INCLUSÃO SOCIAL
ACESSO A BENS E SERVIÇOS
ACESSO A BENS E SERVIÇOS
ACESSO A BENS E SERVIÇOS
TRABALHO DIGNO
EDUCAÇÃO
TRABALHO DIGNO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
INCLUSÃO SOCIAL
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
EDUCAÇÃO SAÚDE
RENDIMENTO
EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
EDUCAÇÃO
EMPREGO
EDUCAÇÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
TRABALHO DIGNO
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE
IGUALDADE
RENDIMENTO
SAÚDE
EDUCAÇÃO

PREFÁCIO	5
APRESENTAÇÃO	6
CRESCIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL	9
RENDAS DAS FAMÍLIAS CRESCE EM TODO O PAÍS E REDUZ DESIGUALDADES	11
Renda real apresenta crescimento forte e contínuo	12
Renda domiciliar aumenta e reduz desigualdade regional	13
Renda dos mais pobres é a que mais cresce	14
Índice de Gini reflete melhora na distribuição de renda regional	15
População em situação de extrema pobreza apresentou expressiva redução	16
CRESCIMENTO DO EMPREGO COM QUALIDADE	19
Crescimento contínuo das oportunidades de trabalho	20
Expansão de oportunidades de trabalho leva a baixo patamar do desemprego	21
Formalização crescente aumenta proteção social	22
Trabalho infantil foi fortemente reduzido	24
COM SAÚDE, OS BRASILEIROS ESTÃO VIVENDO MAIS	27
Aumentou a expectativa de vida dos brasileiros	28
Prevenção, atenção pré-hospitalar às urgências e distribuição de medicamentos reduzem mortalidade por AVC	29
Brasil antecipa em quatro anos o cumprimento da meta de redução da mortalidade infantil	30
Mortalidade Materna foi reduzida significativamente	31
Diminuiu a incidência de doenças infectocontagiosas evitáveis por vacinas	32
ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE E DA QUALIDADE DO ENSINO	35
Ensino fundamental ao alcance de todos	36
Estudantes permanecem cada vez mais na escola	37
Brasileiro estuda mais a cada geração	38
Taxa de analfabetismo diminui em todo o país	39
Qualidade do ensino está cada vez maior	40
CRESCE O ACESSO A BENS E SERVIÇOS	43
Universalização do acesso à energia elétrica	44
Ampliação da cobertura do abastecimento de água e do esgotamento sanitário	45
Proporção de domicílios com acesso à Internet cresceu em todo território nacional	46
Aumenta o número de domicílios com acesso ao telefone	47
Cresce acesso a bens duráveis	48
ANEXO ESTATÍSTICO	52

SAÚDE
EDUCAÇÃO
DESENVOLVIMENTO DESENVOLVIMENTO RENDIMENTO
ACESSO A BENS E SERVIÇOS RENDIMENTO INCLUSÃO SOCIAL
INCLUSÃO SOCIAL TRABALHO DIGNO ERRADICAÇÃO DA POBREZA
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE SAÚDE RENDIMENTO
SAÚDE RENDIMENTO SAÚDE ERRADICAÇÃO DA POBREZA
SAÚDE INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE EDUCAÇÃO
IGUALDADE RENDIMENTO INCLUSÃO SOCIAL
EDUCACÃO SAÚDE ERRADICAÇÃO DA POBREZA TRABALHO DIGNO
SAÚDE TRABALHO DIGNO ERRADICAÇÃO DA POBREZA EDUCACÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA RENDIMENTO
SAÚDE RENDIMENTO EDUCACÃO TRABALHO DIGNO EDUCACÃO
EDUCACÃO INCLUSÃO SOCIAL RENDIMENTO INCLUSÃO SOCIAL
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE DESENVOLVIMENTO EDUCACÃO SAÚDE
EDUCACÃO EDUCACÃO RENDIMENTO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA EDUCACÃO
EMPREGO EDUCACÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
TRABALHO DIGNO
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE
IGUALDADE
RENDIMENTO
SAÚDE
EDUCACÃO

O Brasil vem passando por progressos significativos na última década. A compilação, interpretação e análise do desempenho do Brasil em relação a seu desenvolvimento, por meio de indicadores consagrados, é um passo fundamental na análise do panorama nacional passado, presente e futuro. O relatório *Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro* apresenta dados atualizados de uma das principais fontes de informação nacionais, a PNAD 2011, além de outras informações oriundas de instituições governamentais.

O presente relatório traz um retrato importante e atual do Brasil, e pode servir de inspiração para outros países na divulgação e monitoramento de seus resultados, bem como na formulação de suas políticas públicas. O Brasil é referência mundial no combate à pobreza e à desigualdade. A geração expressiva de empregos e o aumento dos salários impactam na economia cada vez mais inclusiva, e na ascensão social dos mais pobres. A universalização da educação e saúde vêm progredindo. As políticas afirmativas estabelecem justiça e valorizam a diversidade da sociedade brasileira.

O relatório pode também estimular uma importante reflexão nacional – quais são os desafios futuros para o Brasil? Quais as dificuldades que persistem e os obstáculos ainda a serem superados para o alcance de um desenvolvimento humano sustentável? Como enfrentar os passivos ainda existentes? Como avançar na inclusão social? Como criar ambientes ainda mais propícios para o desenvolvimento atrelado a “ganhos triplos”, onde crescimento econômico, justiça social e proteção do meio ambiente sejam fios que se entrelaçam no tecido de um futuro comum?

O documento vem ao encontro de – e complementa – duas outras relevantes iniciativas de monitoramento do desenvolvimento humano nacional. O Relatório de Desenvolvimento Humano global produzido pelo PNUD traz anualmente dados fornecidos por instituições internacionais e que permitem uma importante comparação entre o progresso no desenvolvimento dos países, para uma análise em escala global. A iniciativa pioneira e já consagrada dos Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil – cuja nova versão será lançada em 2013 – traz, a partir dos dados do Censo Demográfico, um retrato minucioso dos municípios brasileiros.

Os caminhos de sucesso até aqui inspiram e motivam os brasileiros na estrada ainda a ser trilhada. É uma honra para o PNUD participar deste processo, apoiando a formulação e implementação de políticas públicas no Brasil, e reiterando continuamente seu compromisso de engajamento no desenvolvimento econômico, social e humano do País.

Jorge Chediek
Representante Residente
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*

APRESENTAÇÃO

A realidade social brasileira vem se transformando de modo intenso e em várias dimensões nos últimos dez anos. O Brasil avançou, desenvolveu-se e ampliou os direitos dos cidadãos brasileiros.

A intensidade dos avanços sociais decorre dos efeitos sinérgicos de decisões acertadas em políticas públicas ao longo dos anos 2000, entre as quais cabe destacar: o fortalecimento da agenda de políticas voltadas à universalização de direitos sociais e à inclusão de segmentos populacionais historicamente excluídos; a implementação de políticas públicas articuladas entre as três esferas de governo e com participação social; o resgate e ampliação da capacidade de planejamento e investimento do Estado brasileiro; e as decisões de política econômica no sentido de fortalecer o mercado interno.

Neste período, aportaram-se recursos orçamentários crescentes em políticas sociais no país. De um lado, as políticas de natureza universal – na educação, saúde, trabalho, assistência e seguridade social – foram fortalecidas, aumentando seu alcance e presença junto à população brasileira. De outro, foram criados ou ampliados programas e ações com o propósito de promover a inclusão social da população mais pobre e vulnerável, como os programas de transferência de renda, de fomento ao agricultor familiar, de garantia à segurança alimentar, entre outras.

A articulação federativa e o diálogo com a sociedade civil têm sido fundamentais para a efetividade destas políticas sociais. Compartilhando a elaboração, execução, monitoramento e avaliação com estados, municípios e sociedade, o Estado brasileiro habilita-se a, cada vez mais, atender as demandas sociais em sua diversidade e amplitude.

Outro fator distintivo do período recente é o resgate da atuação do Estado brasileiro como investidor e como indutor do investimento privado, o que tem permitido a eliminação de gargalos ao desenvolvimento econômico e social. Houve a retomada do planejamento das ações governamentais nas áreas dos investimentos em infraestrutura e da política industrial e tecnológica com estímulo à descentralização do crescimento e à geração de renda, fundamentais para a redução das desigualdades regionais.

A política macroeconômica, orientada pela responsabilidade fiscal e regime de metas de inflação, criou as condições para redução da taxa de juros, de patamares superiores a 20% ao ano em 2002 para 7,25% no final de 2012. Com a importante participação dos bancos públicos, expandiu-se o

crédito de 25% para 50% do PIB, beneficiando empresas e famílias. No mesmo período, houve redução da dívida líquida do setor público, de 60% para 35% do PIB. Além disso, houve aprimoramento do perfil da dívida por meio da menor participação de títulos indexados à taxa de juros de curto prazo e ao câmbio. A redução da dívida cambial combinada ao acúmulo de reservas permitiu a passagem do Brasil da condição de devedor a credor externo líquido, diminuindo a vulnerabilidade do País a choques internacionais. Concomitantemente, o Governo passou a dar ênfase ao investimento público, o qual, associado ao ambiente favorável de juros baixos, crédito e renda em expansão, induziu o investimento privado. A soma dos investimentos público e privado cresceu mais que o dobro do PIB nos últimos anos, aumentando a produção e o emprego.

A valorização do salário mínimo, os programas de transferência de renda e o maior acesso à infraestrutura social, em conjunto com as medidas de expansão e barateamento do crédito, têm sido decisivos para elevar o poder de compra das famílias, especialmente das mais pobres. Nesse processo, o mercado interno, com seus vetores principais fortalecidos – consumo e investimento doméstico –, tornou-se o principal motor do crescimento econômico, contribuindo para reforçar, ainda mais, a expansão da renda.

A aceleração do crescimento, fruto deste processo, garantiu cada vez mais recursos para políticas sociais e investimentos públicos, gerando um círculo virtuoso de crescimento com estabilidade e inclusão social.

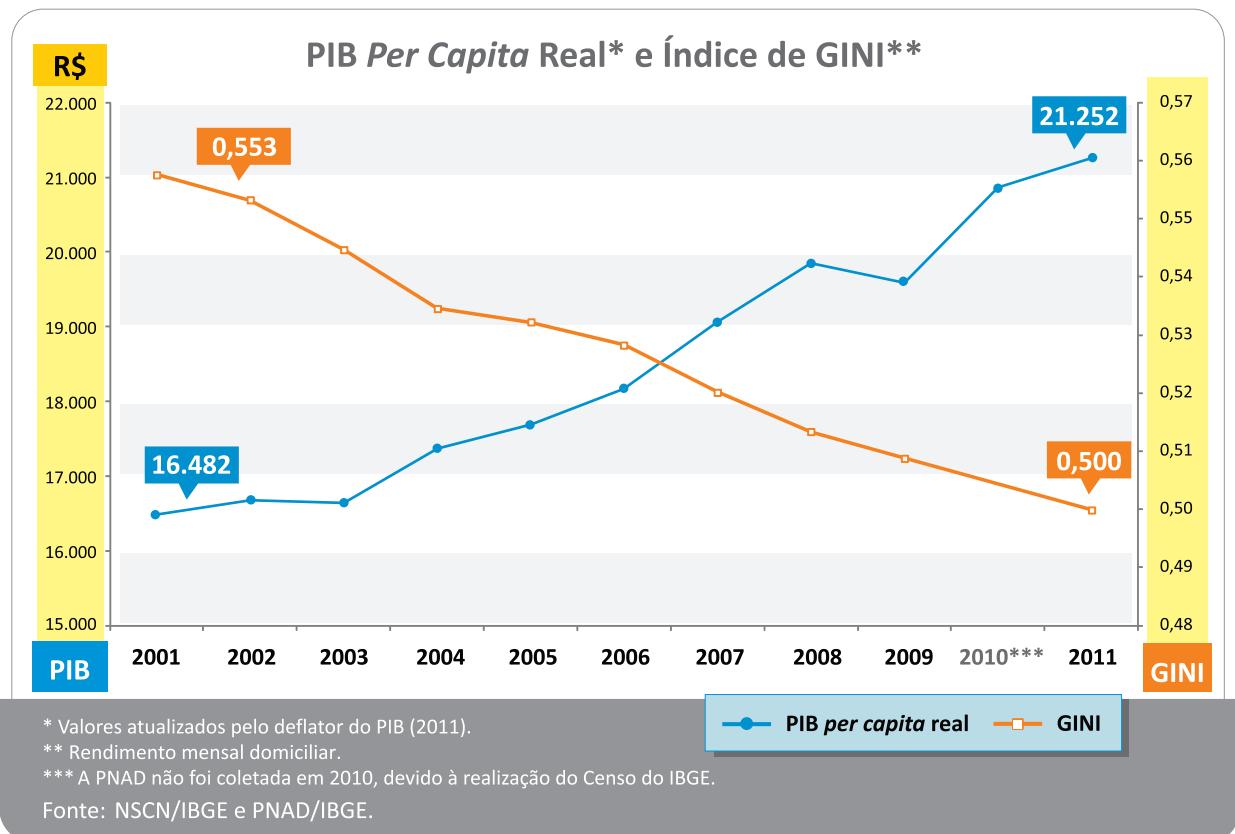
Esse processo é ilustrado no presente relatório de Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro, elaborado a partir da compilação de dados de diferentes fontes e, em especial, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, cujos resultados de 2011 foram recentemente divulgados. O mosaico de indicadores apresentados mostra que as bases do modelo brasileiro criaram condições para um processo contínuo e permanente de desenvolvimento, com avanços sociais importantes como a melhoria do perfil de distribuição de renda, a redução da extrema pobreza e da incidência do trabalho infantil, maior formalização dos vínculos de trabalho, a elevação do acesso a serviços públicos essenciais, com aumento da expectativa de vida e da escolaridade de crianças, jovens e adultos.

Crescimento econômico com inclusão social tem sido a experiência recente vivenciada pela população brasileira. Desenvolvimento inclusivo é, sem dúvida, o tipo de desenvolvimento humano que almejamos.

SAÚDE
EDUCAÇÃO
DESENVOLVIMENTO SAÚDE
ACESSO A BENS E SERVIÇOS INCLUSÃO SOCIAL
INCLUSÃO SOCIAL RENDIMENTO ERRADICAÇÃO DA POBREZA
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE SAÚDE RENDIMENTO TRABALHO DIGNO RENDIMENTO
SAÚDE RENDIMENTO SAÚDE ERRADICAÇÃO DA POBREZA
SAÚDE INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE EDUCAÇÃO RENDIMENTO
SAÚDE IGUALDADE INCLUSÃO SOCIAL RENDIMENTO
EDUCAÇÃO SAÚDE ERRADICAÇÃO DA POBREZA TRABALHO DIGNO EDUCAÇÃO
SAÚDE TRABALHO DIGNO ERRADICAÇÃO DA POBREZA EDUCAÇÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA SAÚDE RENDIMENTO TRABALHO DIGNO EDUCAÇÃO
SAÚDE INCLUSÃO SOCIAL RENDIMENTO INCLUSÃO SOCIAL
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE DESENVOLVIMENTO EDUCAÇÃO SAÚDE
EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO RENDIMENTO
EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO ERRADICAÇÃO DA POBREZA EDUCAÇÃO
EMPREGO EDUCAÇÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
TRABALHO DIGNO
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE
IGUALDADE
RENDIMENTO
SAÚDE
EDUCAÇÃO

Crescimento com inclusão social

Nos últimos 10 anos, a economia brasileira foi marcada pela combinação de crescimento econômico e melhora da distribuição de renda. O PIB *per capita* real brasileiro aumentou 29% e foi caracterizado por uma evolução mais favorável da renda da população mais pobre. O Coeficiente de Gini vem caindo de forma significativa ao longo dos anos 2000, passando de 0,553 para 0,500 entre 2001 e 2011. Esses resultados positivos são complementados por diversas conquistas no campo da redução da pobreza, do mercado de trabalho, da educação, da saúde e do acesso a bens e serviços que são apresentadas nas páginas seguintes.



SAÚDE
EDUCAÇÃO
DESENVOLVIMENTO DESENVOLVIMENTO
ACESSO A BENS E SERVIÇOS RENDIMENTO INCLUSÃO SOCIAL
INCLUSÃO SOCIAL TRABALHO DIGNO ERRADICAÇÃO DA POBREZA
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE SAÚDE RENDIMENTO
SAÚDE RENDIMENTO SAÚDE ERRADICAÇÃO DA POBREZA
SAÚDE INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE EDUCAÇÃO
IGUALDADE INCLUSÃO SOCIAL RENDIMENTO
EDUCAÇÃO SAÚDE ERRADICAÇÃO DA POBREZA TRABALHO DIGNO
SAÚDE TRABALHO DIGNO ERRADICAÇÃO DA POBREZA EDUCACÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA RENDIMENTO
SAÚDE RENDIMENTO EDUCACÃO TRABALHO DIGNO EDUCACÃO
INCLUSÃO SOCIAL RENDIMENTO INCLUSÃO SOCIAL
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE DESENVOLVIMENTO EDUCACÃO SAÚDE
EDUCAÇÃO EDUCACÃO RENDIMENTO EDUCACÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA EDUCACÃO
EMPREGO EDUCACÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
TRABALHO DIGNO
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE
IGUALDADE
RENDIMENTO
SAÚDE
EDUCAÇÃO

**RENDAS DAS FAMÍLIAS CRESCE EM TODO O PAÍS E
REDUZ DESIGUALDADES**

Renda real apresenta crescimento forte e contínuo

Renda Domiciliar Real *per capita*
BRASIL (R\$)



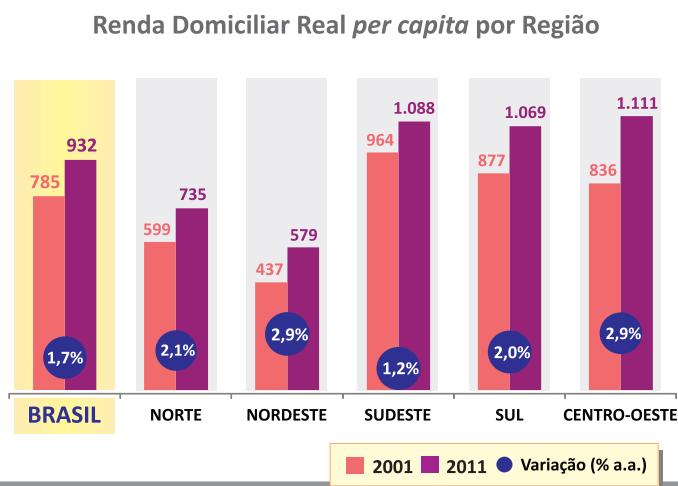
Fonte: PNAD/IBGE.

*A PNAD não foi coletada em 2010, devido à realização do Censo Demográfico.

Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural. Valores Atualizados pelo INPC (set/11).

A renda domiciliar *per capita* tem crescido, desde 2004, a uma taxa média de 4,5% ao ano acima da inflação, passando de R\$ 687 em 2003 para R\$ 932 em 2011 (em valores atualizados). Este crescimento tem ocorrido de forma mais intensa nas regiões mais pobres e para as parcelas menos favorecidas da população, contribuindo para redução de desigualdades.

Renda domiciliar aumenta e reduz desigualdades regionais



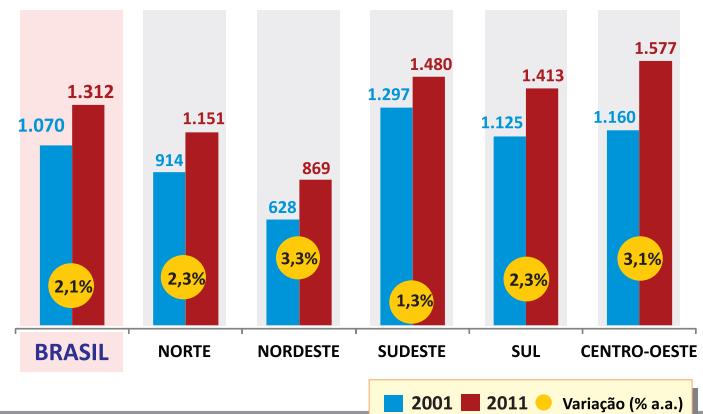
Fonte: PNAD/IBGE.

Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural. Valores Atualizados pelo INPC (set/11).

O crescimento da renda domiciliar *per capita* – que incorpora todas as fontes de renda, incluindo transferências – ocorreu em todo o País, mas foi mais intenso nas regiões de menor renda. No Nordeste, este aumento foi de 2,9% ao ano, 65% acima da média nacional.

Esta redução das desigualdades regionais também é observada quando se consideram somente as fontes relacionadas ao trabalho. No Nordeste, a renda do trabalho expandiu-se, em média, 3,3% ao ano, acima dos 2,1% observados no País.

Rendimento Médio Real do Trabalho Principal

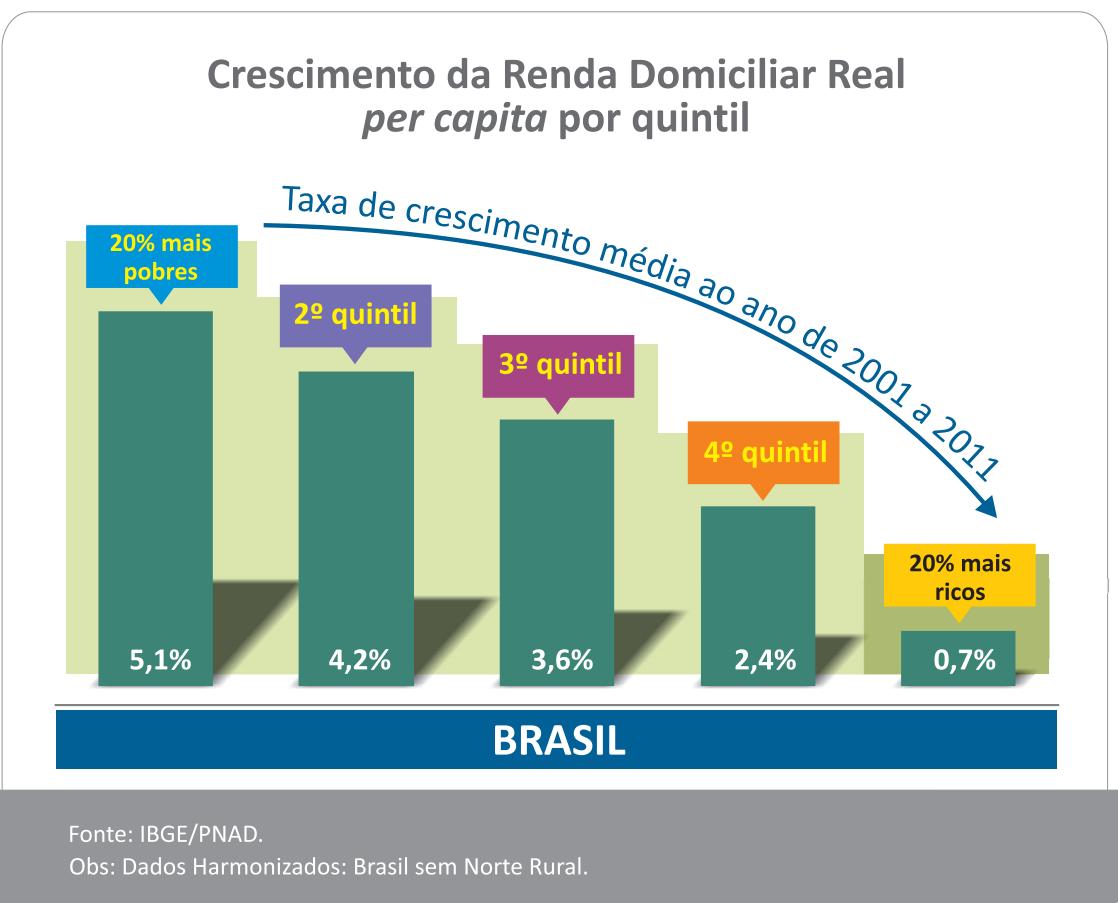


Fonte: PNAD/IBGE.

Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural. Valores Atualizados pelo INPC (set/11).

Renda dos mais pobres é a que mais cresce

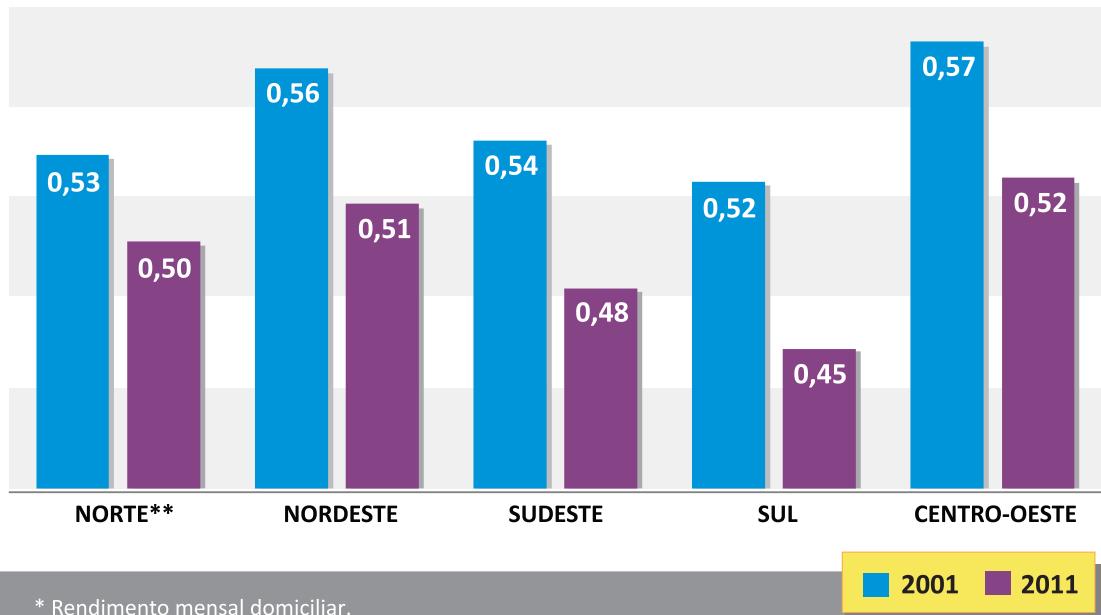
O crescimento econômico da última década beneficiou de forma mais significativa a população de renda mais baixa, contribuindo para reverter a histórica desigualdade no País. Entre 2001 e 2011, a renda dos 20% mais pobres aumentou em ritmo sete vezes maior do que a dos mais ricos (5,1% ao ano em média acima da inflação ante 0,7%). A renda média domiciliar *per capita* mensal dos 20% mais pobres passou de R\$ 102 em 2001 para R\$ 167 em 2011.



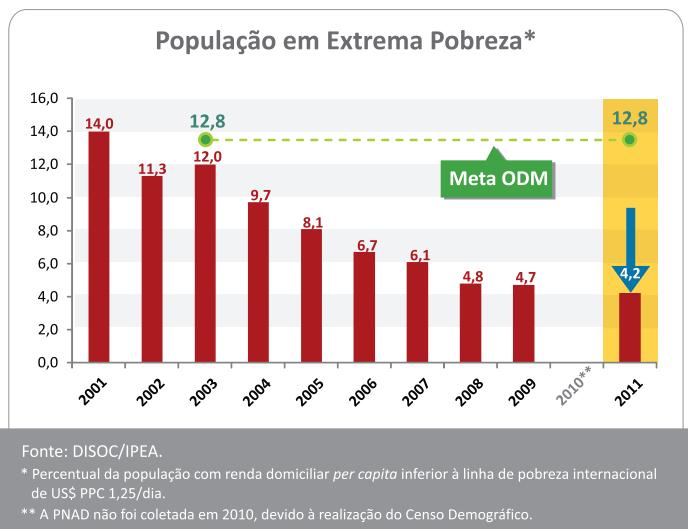
Índice de Gini reflete melhora na distribuição de renda regional

A melhoria do perfil distributivo da renda no país – revelado pela trajetória declinante do Índice de Gini entre 2001 e 2011 – foi constatada em todas as regiões. No Sul e Sudeste, o Índice de Gini caiu para um patamar inferior a 0,5, nível ainda elevado em termos comparativos internacionais, mas significativo em termos da reversão da trajetória ascendente desse indicador no país em décadas anteriores. No Nordeste e Centro Oeste, regiões de pior quadro distributivo em 2001, o Índice de Gini convergiu para o patamar de 0,5.

Índice de Gini por Região*

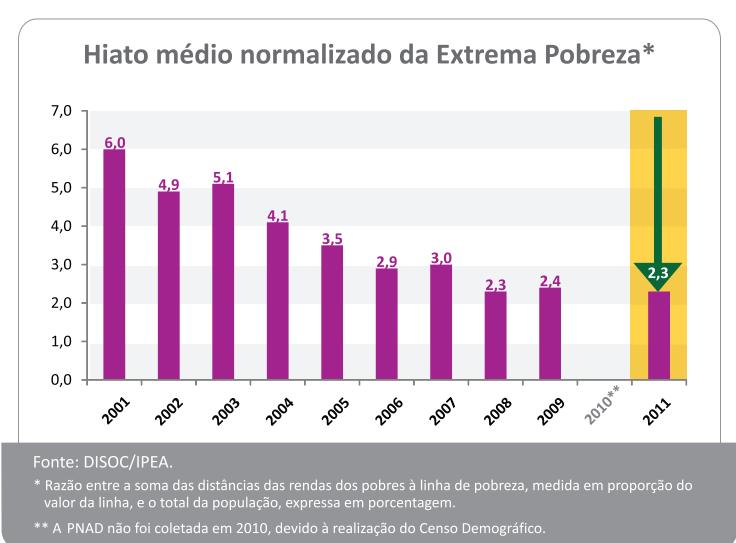


População em situação de extrema pobreza apresentou expressiva redução



A elevação da renda familiar, sobretudo nas regiões mais pobres, levou à redução expressiva da população exposta à situação de extrema pobreza no Brasil. Em dez anos, entre 2001 e 2011, a população com renda domiciliar *per capita* até US\$ 1,25/dia recuou de 14% para 4,2%, percentual bem abaixo da meta estipulada pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (12,8%).

Além disso, a renda da população mais pobre foi se aproximando, em termos relativos, da linha internacional de pobreza ao longo do período: a distância entre a renda dos mais pobres e a linha reduziu-se de 6% para 2,3%. Assim, além da redução da quantidade de extremamente pobres, estes também tiveram aumento em seu rendimento e estão mais próximos de superar a situação de extrema pobreza.



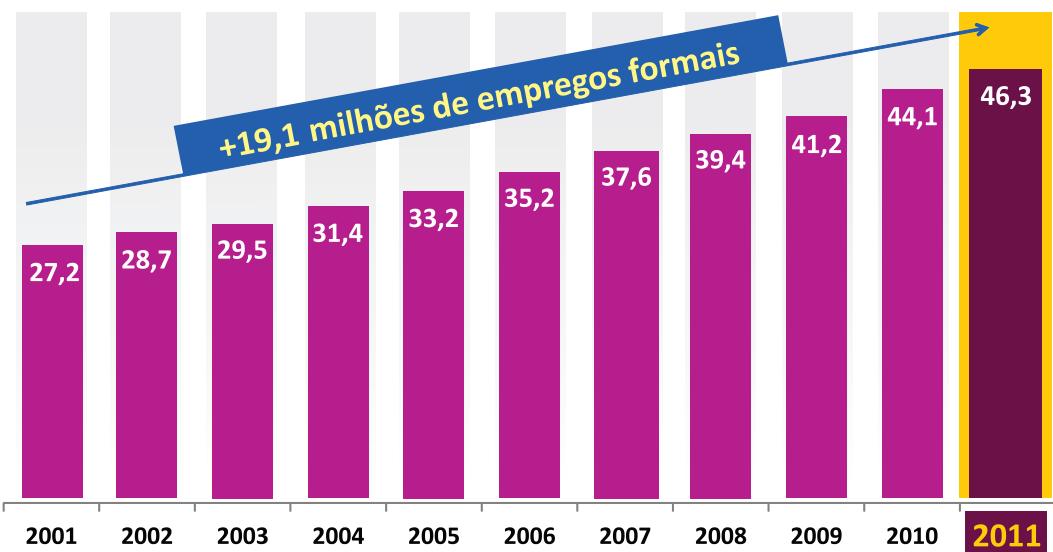
SAÚDE
EDUCAÇÃO
DESENVOLVIMENTO DESENVOLVIMENTO
ACESSO A BENS E SERVIÇOS RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL INCLUSÃO SOCIAL
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE SAÚDE RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE SAÚDE RENDIMENTO
SAÚDE RENDIMENTO SAÚDE ERRADICAÇÃO DA POBREZA
SAÚDE IGUALDADE SAÚDE INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO SAÚDE ERRADICAÇÃO DA POBREZA TRABALHO DIGNO
SAÚDE TRABALHO DIGNO ERRADICAÇÃO DA POBREZA EDUCATION
ERRADICAÇÃO DA POBREZA RENDIMENTO EDUCATION
SAÚDE RENDIMENTO TRABALHO DIGNO EDUCATION
EDUCAÇÃO RENDIMENTO EDUCATION
INCLUSÃO SOCIAL RENDIMENTO INCLUSÃO SOCIAL
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE DESENVOLVIMENTO EDUCATION SAÚDE
EDUCAÇÃO EDUCATION RENDIMENTO
EDUCAÇÃO EDUCATION EDUCATION
ERRADICAÇÃO DA POBREZA EDUCATION
EMPREGO EDUCATION
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
TRABALHO DIGNO
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE
IGUALDADE
RENDIMENTO
SAÚDE
EDUCAÇÃO

**CRESCIMENTO DO EMPREGO
COM QUALIDADE**

Crescimento contínuo das oportunidades de trabalho

O crescimento econômico trouxe cada vez mais oportunidades de inserção profissional aos trabalhadores brasileiros. De 2002 a 2011, foram gerados 19,1 milhões de empregos formais.

Evolução do estoque de empregos formais
(em milhões de empregos)

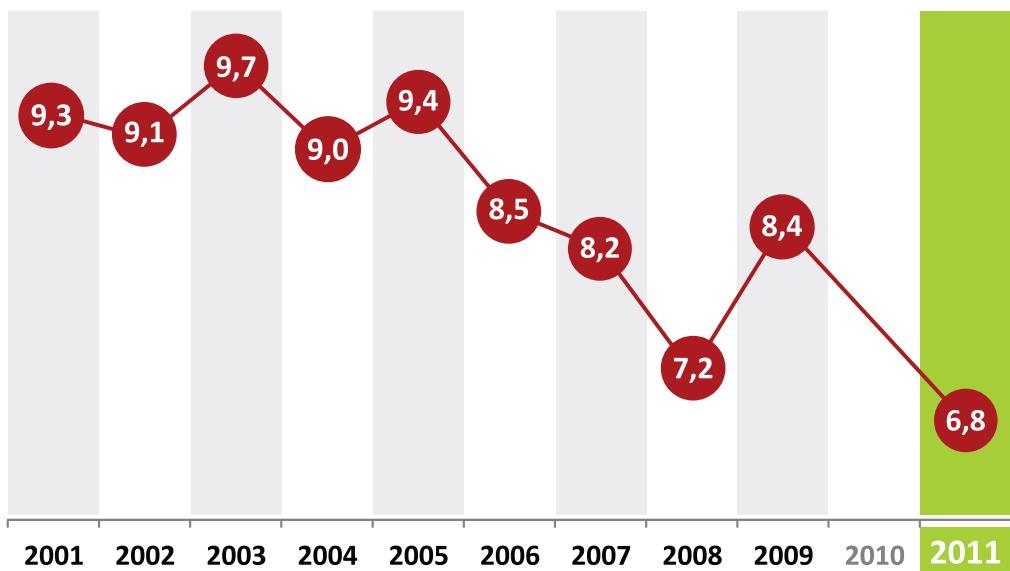


Fonte: RAIS/MTE.
Obs: Saldos em final de período.

Expansão de oportunidades de trabalho leva a baixo patamar do desemprego

O resultado dessa forte expansão do emprego foi uma significativa redução na taxa de desocupação, que passou de 9,3% em 2001 para 6,8% em 2011. Cabe lembrar que a elevação do rendimento real, combinada com um maior número de pessoas ocupadas, leva ao aumento da massa salarial e, consequentemente, do consumo das famílias.

Taxa de Desocupação
(População Desocupada/População Economicamente Ativa)

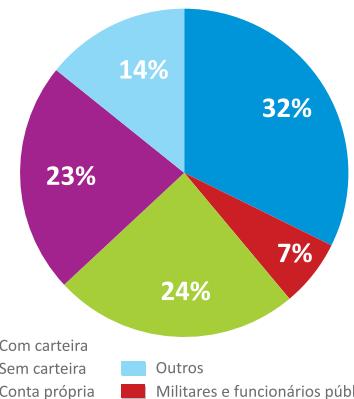


Fonte: PNAD/IBGE.

Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural.

Formalização crescente aumenta proteção social

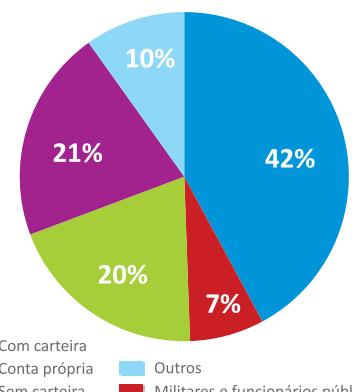
Participação por tipo de vínculo em 2001



Fonte: IBGE.

Obs: Dados Harmonizados. Brasil sem Norte Rural.

Participação por tipo de vínculo em 2011

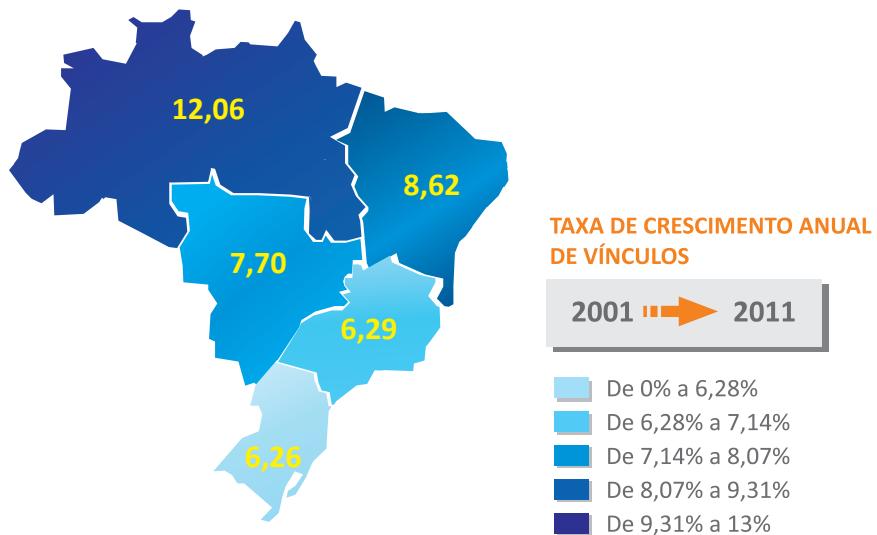


Fonte: IBGE.

Obs: Dados Harmonizados. Brasil sem Norte Rural.

Houve também uma melhora qualitativa das novas oportunidades de trabalho criadas. O percentual de trabalhadores do setor privado com carteira assinada se elevou no período, passando de 32% do total da população ocupada em 2001 para 42% em 2011, e o percentual de trabalhadores sem carteira caiu, de 24% para 20%. Esta maior formalização é importante porque garante a um número maior de trabalhadores renda mensal não inferior ao salário mínimo e mais proteção em casos de perda do emprego, acidente de trabalho, gravidez, doença e incapacidade.

Taxa de crescimento anual de vínculos formais por Regiões



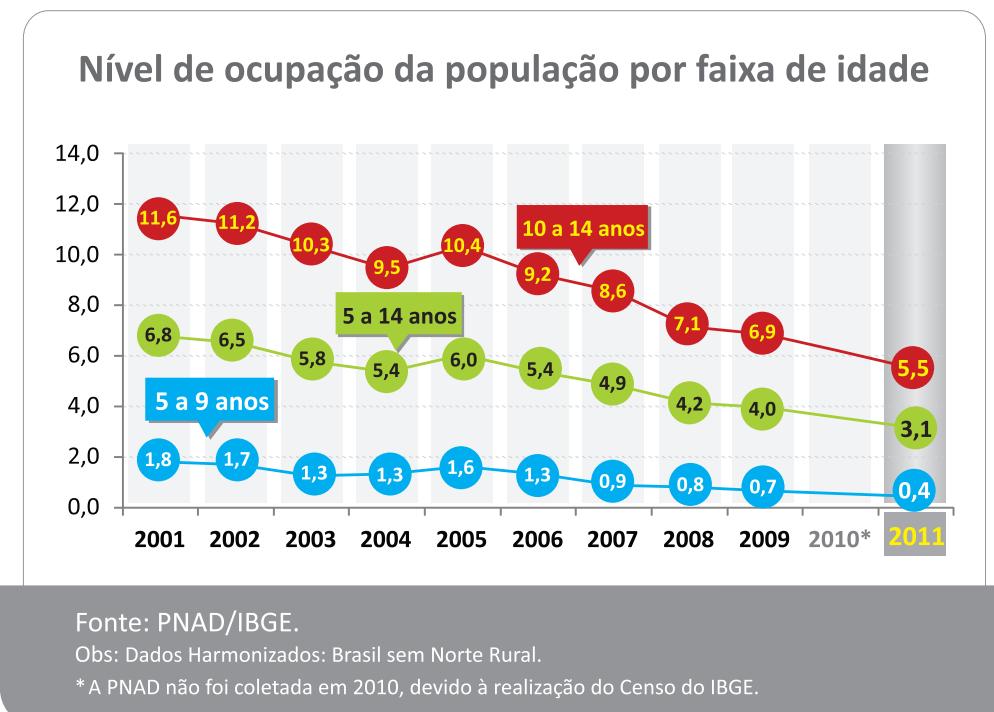
Fonte: RAIS/MTE 2001 e 2011.

A melhora foi disseminada por todas as regiões, com as maiores taxas de crescimento da formalização de vínculos de trabalhos nas regiões Norte e Nordeste, onde o ritmo de crescimento do emprego formal foi, respectivamente, de 9% e 8% em média ao ano.

Trabalho infantil foi fortemente reduzido

Ao mesmo tempo em que as oportunidades cresceram para os adultos, entre 2001 e 2011, observou-se uma redução de 54% do número de crianças entre 5 a 14 anos que trabalhavam. Em 2011, 96,2% das crianças de 5 a 14 anos ocupadas frequentavam a escola.

A queda do trabalho infantil foi ainda maior para as crianças de 5 a 9 anos (76% de recuo no período, alcançando nível de ocupação de 0,4%). Esta redução ocorreu, sobretudo, no trabalho não agrícola, responsável pela maior parcela do trabalho infantil nesta faixa de idade (75%).



SAÚDE
EDUCAÇÃO
DESENVOLVIMENTO SAÚDE
ACESSO A BENS E SERVIÇOS RENDIMENTO INCLUSÃO SOCIAL
INCLUSÃO SOCIAL TRABALHO DIGNO RENDIMENTO ERRADEIRAÇÃO DA POBREZA
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE SAÚDE RENDIMENTO RENDIMENTO ERRADEIRAÇÃO DA POBREZA
SAÚDE SAÚDE ERRADEIRAÇÃO DA POBREZA
SAÚDE INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE EDUCAÇÃO RENDIMENTO RENDIMENTO ERRADEIRAÇÃO DA POBREZA
SAÚDE IGUALDADE INCLUSÃO SOCIAL
EDUCAÇÃO SAÚDE ERRADEIRAÇÃO DA POBREZA TRABALHO DIGNO EDUCAÇÃO
SAÚDE TRABALHO DIGNO ERRADEIRAÇÃO DA POBREZA ERRADEIRAÇÃO DA POBREZA
SAÚDE RENDIMENTO RENDIMENTO EDUCAÇÃO TRABALHO DIGNO EDUCAÇÃO ERRADEIRAÇÃO DA POBREZA
SAÚDE EDUCAÇÃO RENDIMENTO EDUCAÇÃO SAÚDE INCLUSÃO SOCIAL
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE DESENVOLVIMENTO RENDIMENTO INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO SAÚDE
EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO RENDIMENTO EDUCAÇÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA EDUCAÇÃO
EMPREGO EDUCAÇÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
TRABALHO DIGNO
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE
IGUALDADE
RENDIMENTO
SAÚDE
EDUCAÇÃO

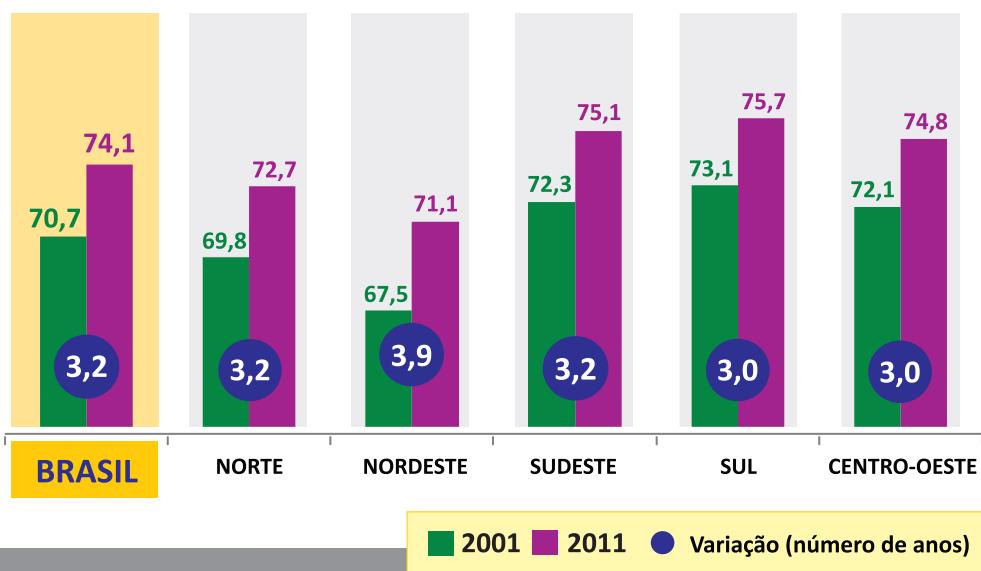
**COM SAÚDE, OS BRASILEIROS
ESTÃO VIVENDO MAIS**

Aumentou a expectativa de vida dos brasileiros

A esperança de vida ao nascer passou de 70,7 anos em 2001 para 74,1 anos em 2011, um incremento de mais de três anos. Esse aumento reflete a melhora nas condições de vida e de acesso a serviços de saúde e ocorreu em todas as regiões, com destaque para o Nordeste, que se aproximou da média nacional.

Essa evolução também foi significativa na população feminina. Com isso, a esperança de vida ao nascer das mulheres passou a ser de 77,7 anos em 2011, 3 anos a mais do que em 2001.

Esperança de vida ao nascer
(2001 a 2011)



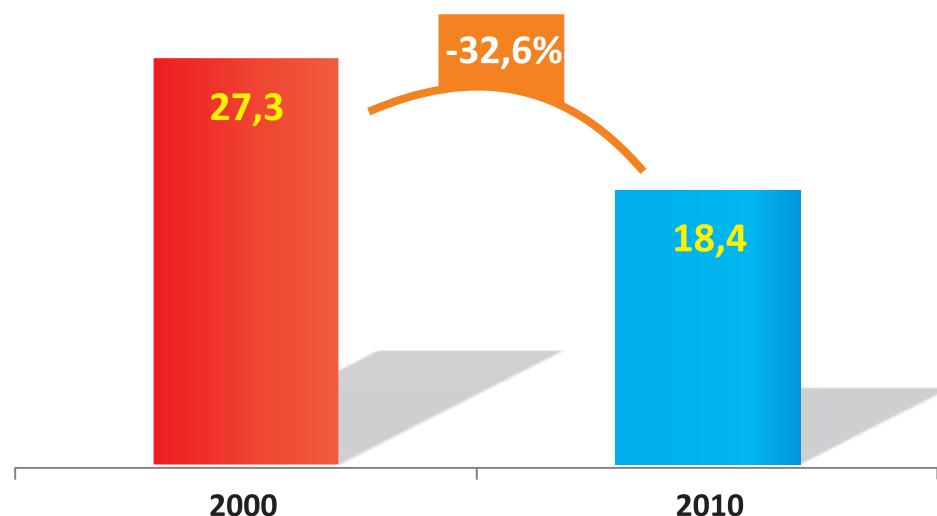
Fonte: PNAD/IBGE.

Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural.

Prevenção, atenção pré-hospitalar às urgências e distribuição de medicamentos reduzem mortalidade por AVC

Há 20 anos, o Acidente Vascular Cerebral (AVC) é a principal causa de morte no Brasil. Porém, a taxa de mortalidade por AVC caiu 32,6% em dez anos na faixa etária até 70 anos (óbitos evitáveis). O declínio da mortalidade de doenças crônicas não transmissíveis como o AVC está associado a melhorias na atenção médica, maior acesso a medicamentos e redução de fatores de risco, como o tabagismo e o sedentarismo.

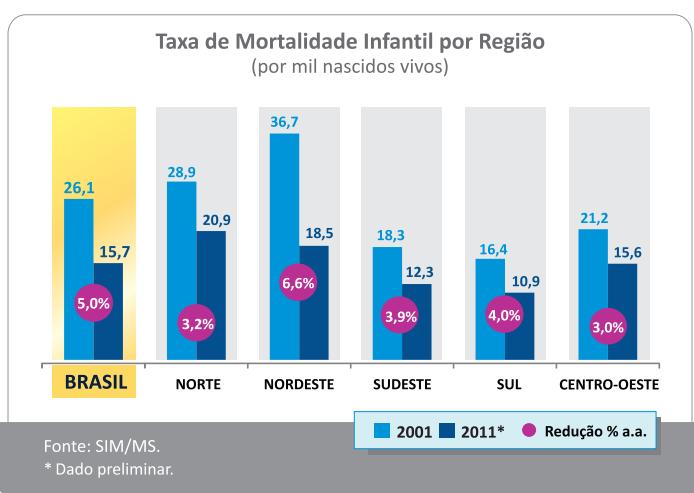
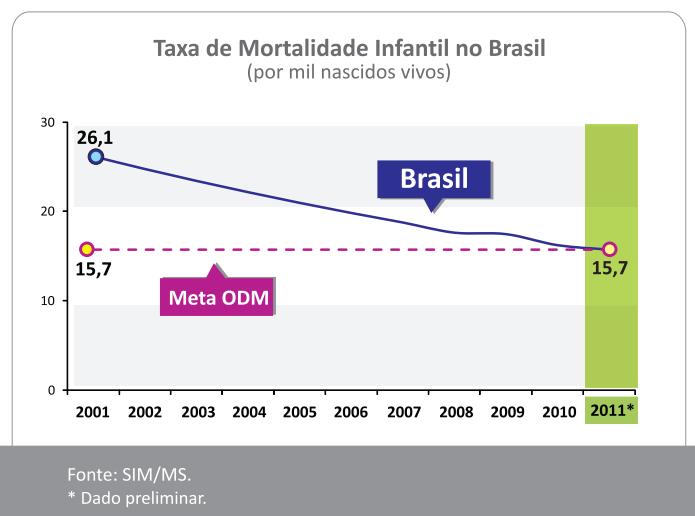
Taxa ajustada (por 100 mil) da mortalidade por AVC na faixa etária até 70 anos



Fonte: SIM/CGIAE/SVS/MS.

Brasil antecipa em quatro anos o cumprimento da meta de redução da mortalidade infantil

A Taxa de Mortalidade Infantil (menores de 1 ano de idade) recuou de 26,1 óbitos por 1.000 nascidos vivos em 2001 para 15,7 em 2011. Com isto, o Brasil atingiu com quatro anos de antecedência uma das mais importantes metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que é a redução dessa taxa em 2/3 entre 1990 e 2015. De acordo com a Organização Mundial de Saúde [Global Health Observatory Data Repository], o Brasil está entre os vinte países que reduziram, em mais de 70%, a mortalidade infantil nos últimos 21 anos.

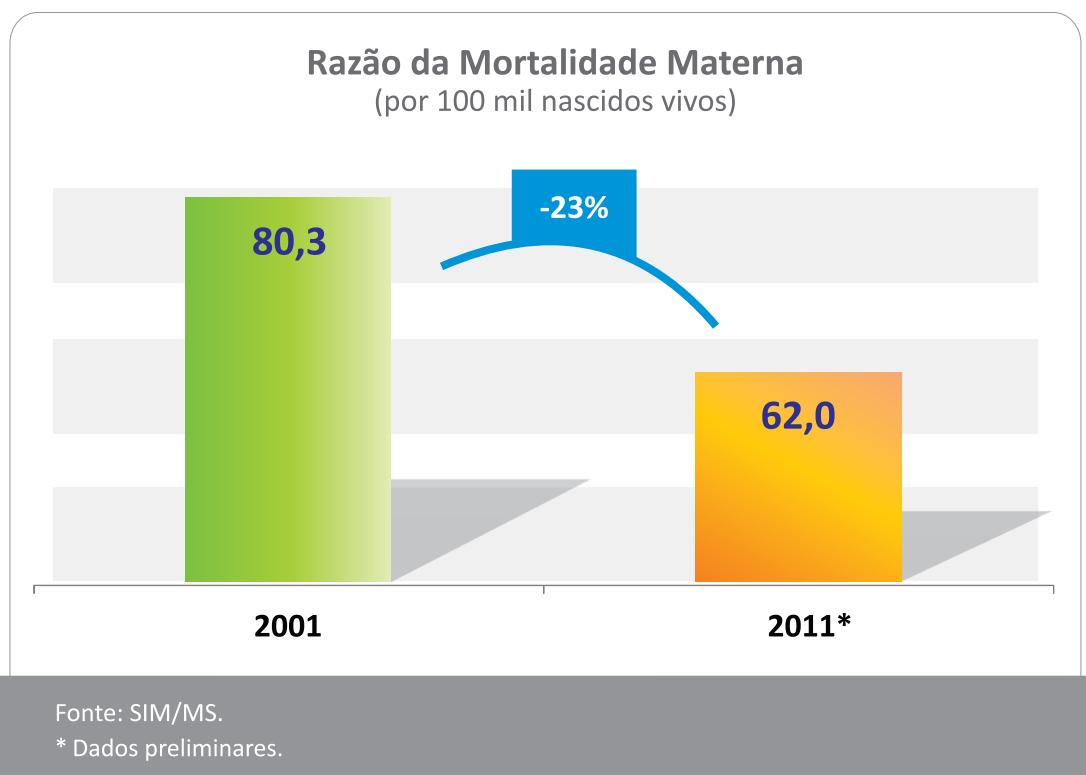


O declínio na taxa de mortalidade infantil permitiu ao Brasil sair da faixa considerada média (20 a 49 óbitos por mil) em 2001 para a baixa (menos de 20), desde 2006. A queda foi generalizada em todas as regiões, mostrando-se mais intensa no Nordeste (6,6% ao ano em média).

Mortalidade Materna foi reduzida significativamente

Entre 2001 e 2011, houve queda de 23% da razão de Mortalidade Materna, que passou de 80,3 para 62 óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos, refletindo o maior cuidado com a saúde das mulheres grávidas.

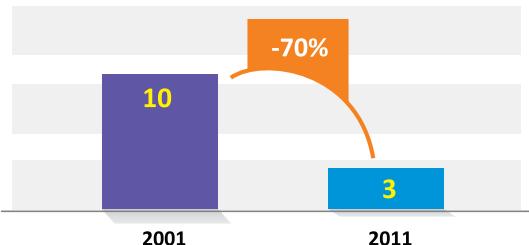
Esta redução é ainda mais significativa se considerada a melhora na identificação dos óbitos associados à gravidez em todo território nacional, com o aumento em 45% da proporção de óbitos investigados de mulheres em idade fértil entre 2009 e 2011.



Diminuiu a incidência de doenças infectocontagiosas evitáveis por vacinas

DIFTERIA

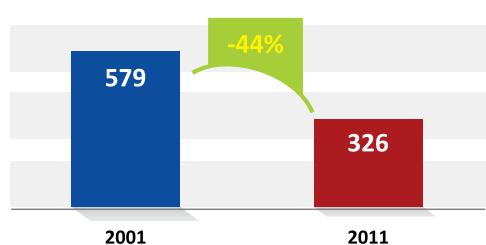
Menores de 5 anos (número de casos)



Fonte: SIM/MS.

TÉTANO ACIDENTAL

(nº de casos)

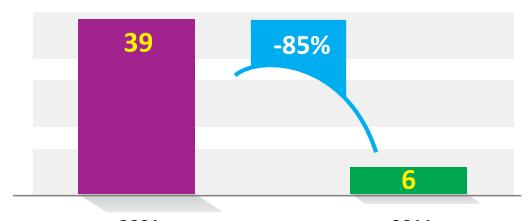


Fonte: SIM/MS.

Houve redução na incidência de diversas doenças infectocontagiosas evitáveis por vacinas, além da manutenção de algumas praticamente sem registro de ocorrência no Brasil. Desde janeiro de 2009, o País não registra novos casos de rubéola. Desde 2000, não existe circulação autóctone do sarampo, ou seja, os únicos casos são importados de outros países. Nos últimos dez anos, o número de casos de tétano caiu 44%, de 579 casos em 2001 para 326 em 2011.

TÉTANO NEONATAL

(número de casos)



Fonte: SIM/MS.

Considerando o tétano neonatal, essa redução chegou a 85%. Houve, ainda, redução a zero de rubéola congênita, de 32% da Doença Meningocócica e de 66% da Menin-gite por Hemófilo.

RUBÉOLA CONGÊNITA

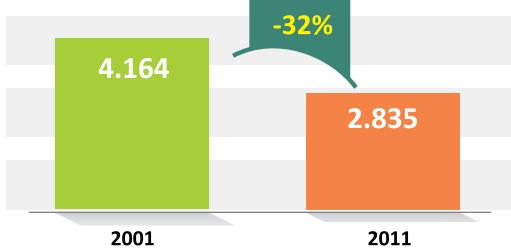
(número de casos)



Fonte: SIM/MS.

DOENÇA MENINGOCÓCICA

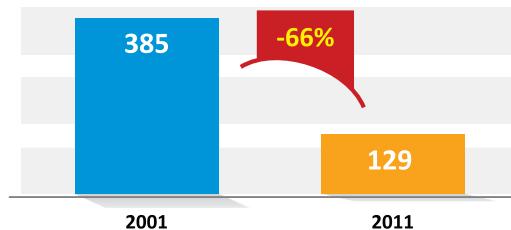
(número de casos)



Fonte: SIM/MS.

MENINGITE POR HEMÓFILO

(número de casos)



Fonte: SIM/MS.

SAÚDE
EDUCAÇÃO
DESENVOLVIMENTO SAÚDE
ACESSO A BENS E SERVIÇOS RENDIMENTO INCLUSÃO SOCIAL
INCLUSÃO SOCIAL TRABALHO DIGNO RENDIMENTO ERRADICAÇÃO DA POBREZA
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE SAÚDE RENDIMENTO SAÚDE ERRADICAÇÃO DA POBREZA
SAÚDE IGUALDADE SAÚDE EDUCACÃO RENDIMENTO INCLUSÃO SOCIAL
EDUCACÃO SAÚDE ERRADICAÇÃO DA POBREZA TRABALHO DIGNO EDUCACÃO
SAÚDE TRABALHO DIGNO ERRADICAÇÃO DA POBREZA EDUCACÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA RENDIMENTO EDUCACÃO TRABALHO DIGNO EDUCACÃO
SAÚDE RENDIMENTO EDUCACÃO INCLUSÃO SOCIAL EDUCACÃO
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE RENDIMENTO INCLUSÃO SOCIAL
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE DESENVOLVIMENTO EDUCACÃO SAÚDE
EDUCACÃO EDUCACÃO EDUCACÃO RENDIMENTO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA EDUCACÃO
TRABALHO DIGNO RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE
IGUALDADE
RENDIMENTO
SAÚDE
EDUCACÃO

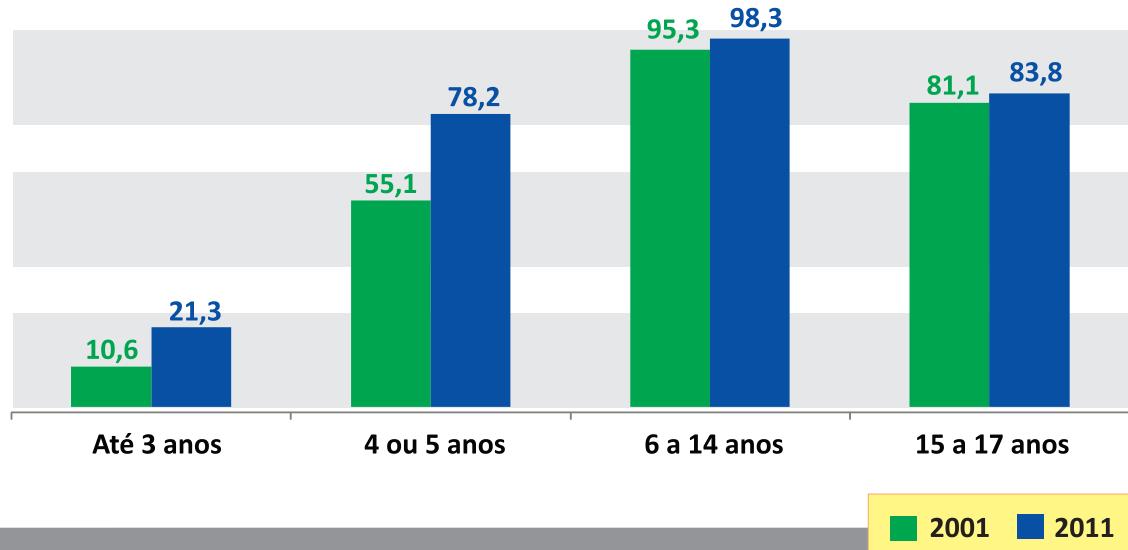
ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE E DA QUALIDADE DO ENSINO

Ensino fundamental ao alcance de todos

As taxas de frequência à escola ou creche mostram melhora na efetivação do direito à educação para a população com até 17 anos.

Resultado de um esforço conjunto da União, Estados e Municípios, observou-se um crescimento constante nas taxas de frequência, em todas as faixas etárias. Destaca-se o crescimento na faixa de 4 a 5 anos, de 55,1% em 2001 para 78,2% em 2011, e a universalização do ensino fundamental, com 98,3% das crianças com 6 a 14 anos frequentando a escola.

Taxa de Frequência na Escola



Fonte: PNAD/IBGE.

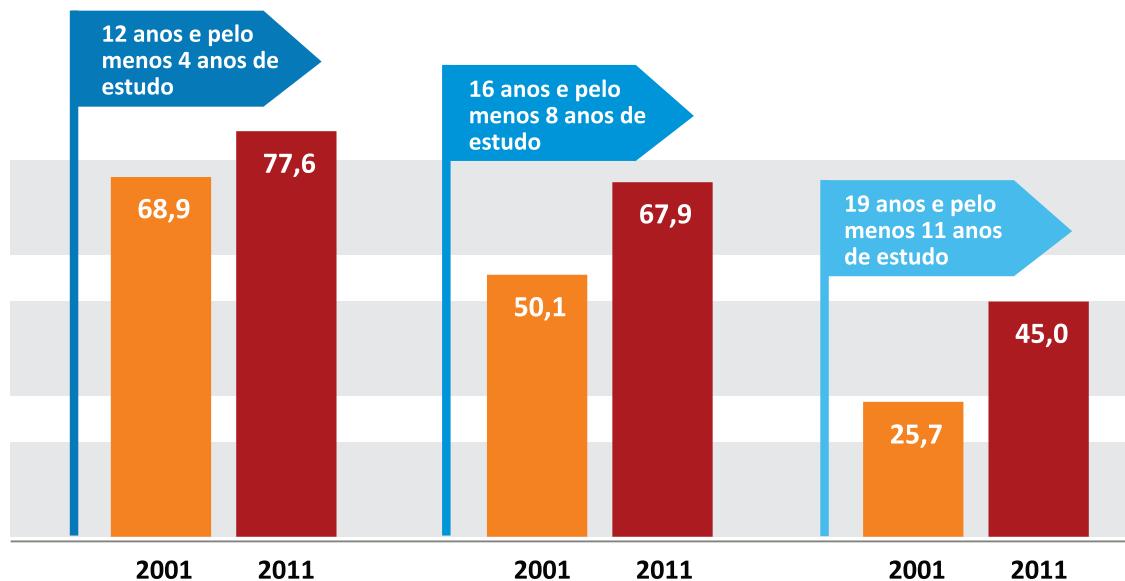
Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural.

Estudantes permanecem cada vez mais na escola

Entre 2001 e 2011, houve incremento na escolaridade dos estudantes em todas as faixas etárias analisadas, o que é importante para o melhor aproveitamento do aprendizado.

Para estudantes com 12 anos de idade, por exemplo, aumentou a proporção daqueles com pelo menos 4 anos de estudo. Esse número e o das outras faixas revelam que é cada vez maior a proporção de estudantes que se aproximam da escolaridade adequada para sua idade.

% Estudantes por idade e anos de estudo

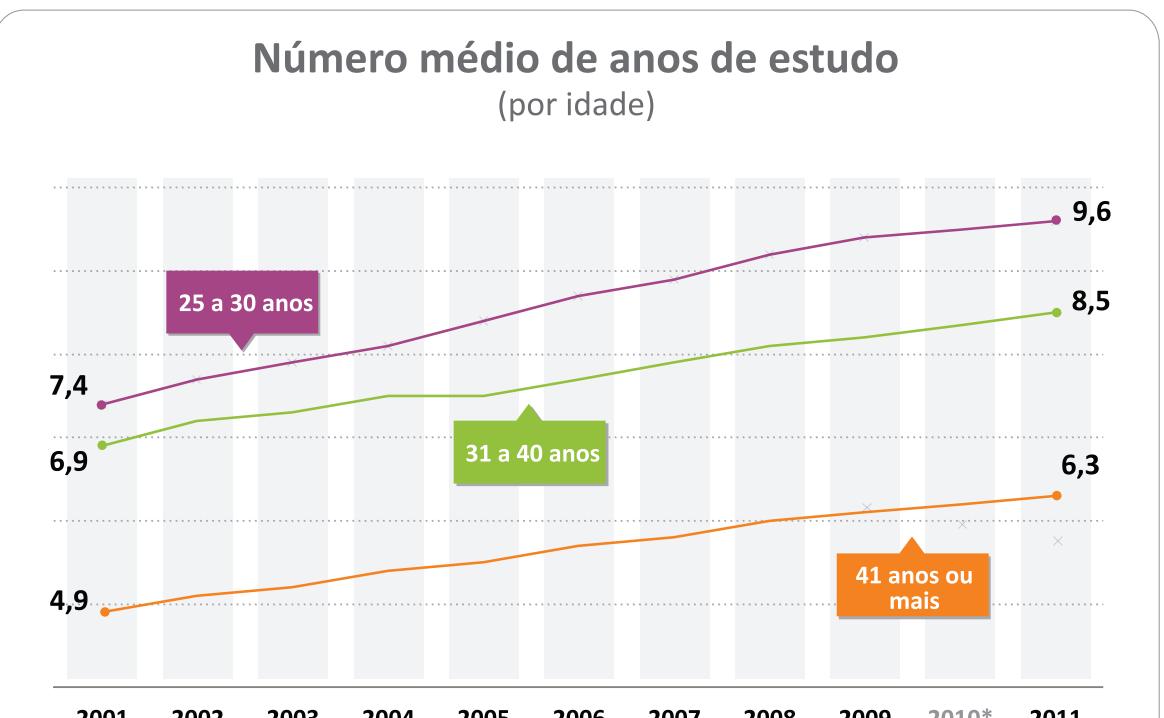


Fonte: PNAD/IBGE.

Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural.

Brasileiro estuda mais a cada geração

O número médio de anos de estudo da população com 25 anos ou mais de idade cresceu em todas as faixas etárias. Ressalta-se o incremento no número de anos de estudo na faixa etária de 25 aos 30 anos entre 2001 e 2011, que passou de 7,4 para 9,6.



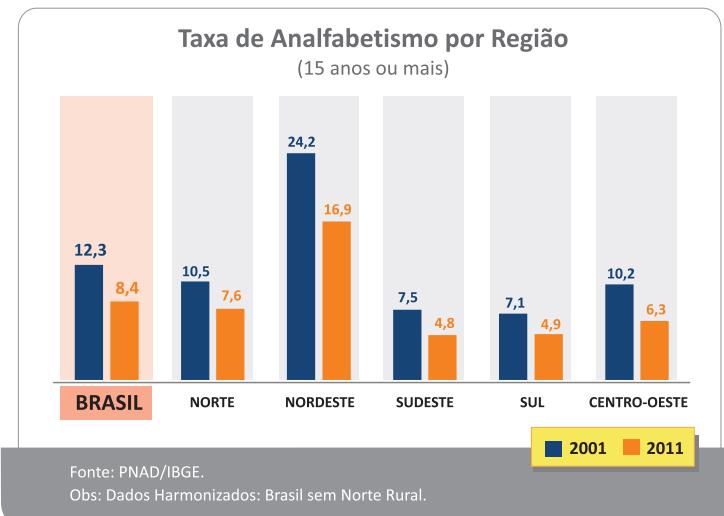
Fonte: PNAD/IBGE.

Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural.

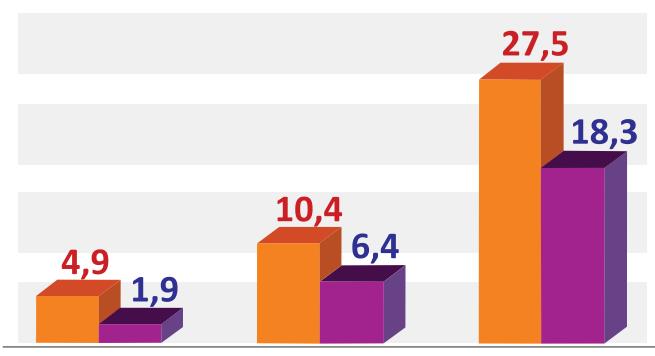
*A PNAD não foi coletada em 2010, devido à realização do Censo do IBGE.

Taxa de analfabetismo diminui em todo o país

O analfabetismo vem diminuindo progressivamente. A taxa de analfabetismo na população com 15 anos ou mais de idade diminuiu consideravelmente na última década, passando de 12,3% em 2001 para 8,4% em 2011. Houve queda em todas as regiões. No Nordeste, região que apresentava o maior índice, a redução foi mais acentuada, de 24,2% em 2001 para 16,9% em 2011.



Taxa de Analfabetismo por faixa etária



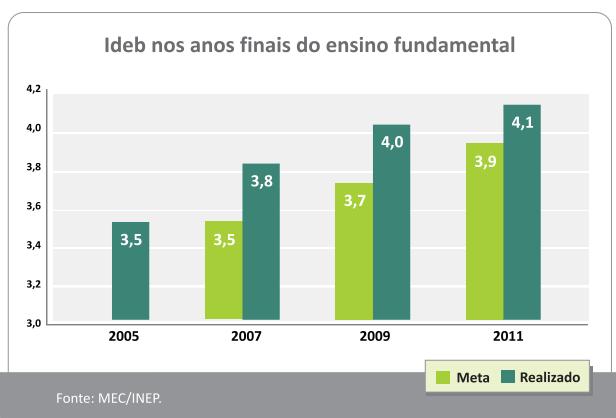
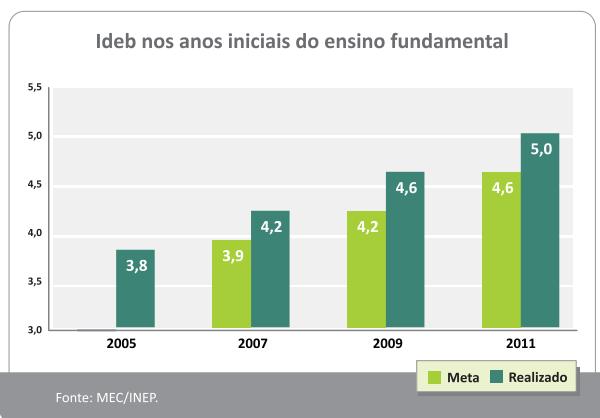
Fonte: PNAD/IBGE.
Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural.

O analfabetismo está concentrado nas idades mais elevadas, mas apresenta redução em todas as faixas. Na faixa de 15 a 29 anos, a alfabetização já foi universalizada (98% em 2011), e, na população com 50 anos ou mais de idade, houve notável redução da parcela analfabeta, de 27,5% em 2001 para 18,3% em 2011.

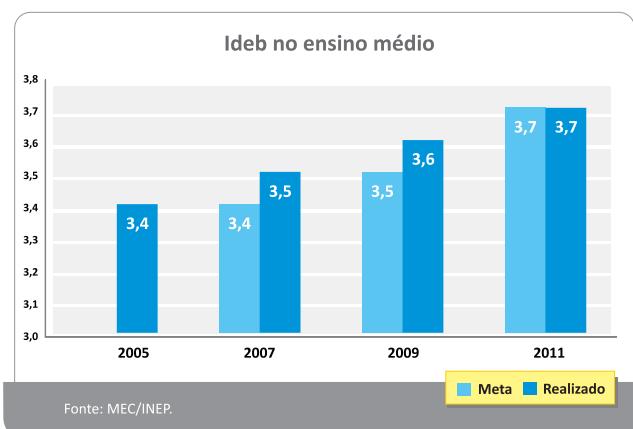
Qualidade do ensino está cada vez maior

Educação com qualidade é fundamental para o desenvolvimento de qualquer país. Para aferir a qualidade da educação, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 2007. O indicador é calculado, a cada dois anos, com base no desempenho do estudante em avaliações nacionais e em taxas de aprovação. Também nesse quesito, o País tem mostrado evolução.

Para os anos iniciais do ensino fundamental, o Ideb subiu de 3,8 em 2005 para 5,0 em 2011. A meta prevista é chegar a 6,0 até 2021, índice correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.



Nos anos finais do ensino fundamental, o Ideb passou de 3,5 em 2005 para 4,1 em 2011. A meta é atingir o índice de 5,5 até 2021.



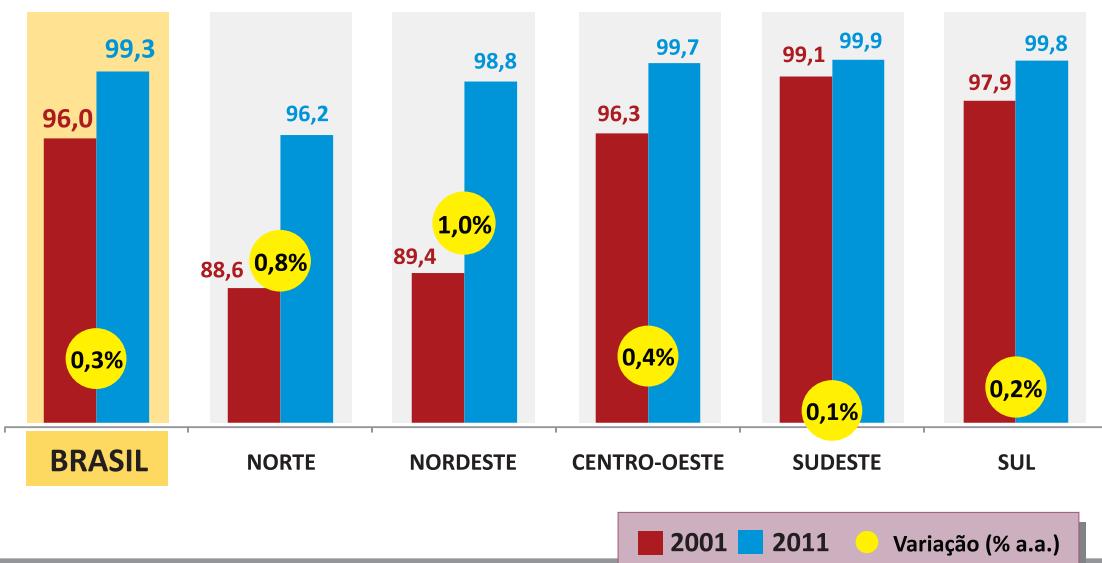
No ensino médio, o Ideb subiu de 3,4 em 2005 para 3,7 em 2011. A meta para 2021 é atingir 5,2.

CRESCE O ACESSO A BENS E SERVIÇOS

Universalização do acesso à energia elétrica

Entre 2001 e 2011, o acesso à energia elétrica foi universalizado. A ampliação do acesso ocorreu em todas as regiões, tendo sido mais significativa nas regiões Norte (0,8% ao ano) e Nordeste (1,0% a.a.), onde o acesso historicamente era mais precário.

Percentual de domicílios com energia elétrica



Fonte: PNAD/IBGE.

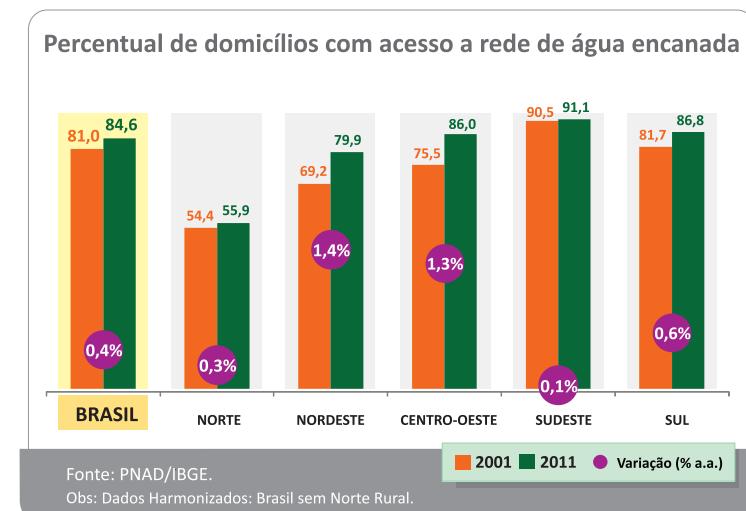
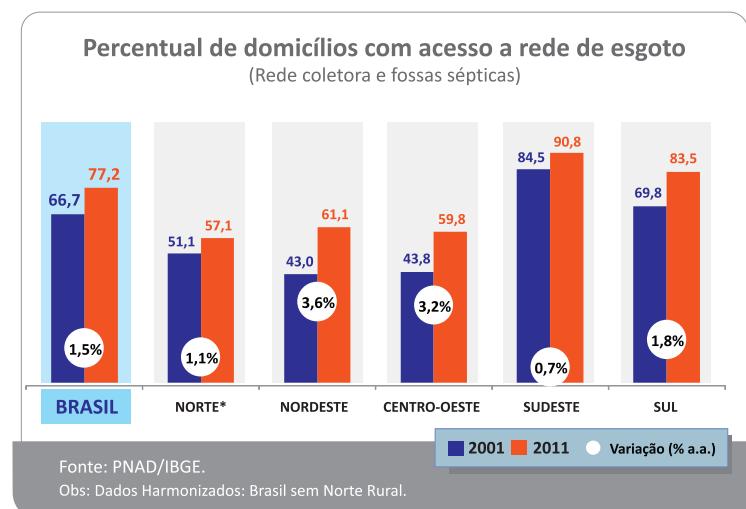
Obs: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural.

Ampliação da cobertura do abastecimento de água e do esgotamento sanitário

Entre 2001 e 2011, a cobertura da rede de esgoto e a utilização de fossas sépticas cresceu de 66,7% para 77,2% dos domicílios brasileiros. Com isso, mais de 15 milhões de residências passaram a dispor de esgotamento sanitário e, consequentemente, de melhores condições ambientais e de saúde.

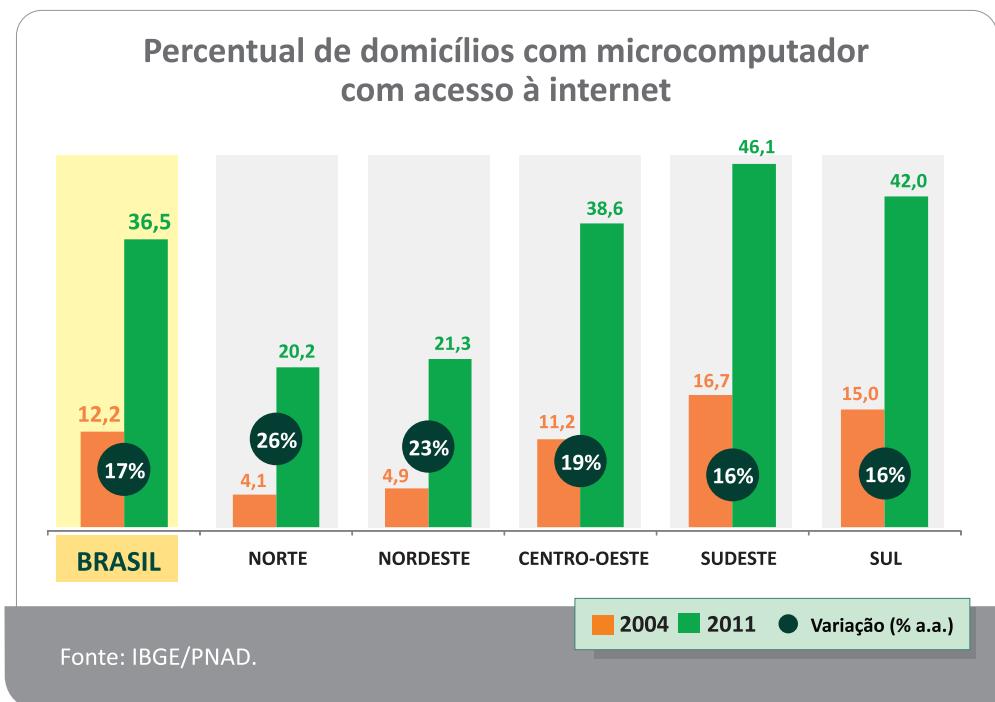
Assim, mesmo considerando o significativo crescimento do número de domicílios em nosso País na última década, constata-se também que a cobertura desse serviço avançou de forma positiva nos últimos anos, incluindo 16 milhões de domicílios.

No mesmo período, observa-se também expansão da cobertura dos serviços de abastecimento de água nas diversas regiões do País, que incluiu 13,8 milhões de domicílios na rede de água encanada.



Proporção de domicílios com acesso à internet cresceu em todo território nacional

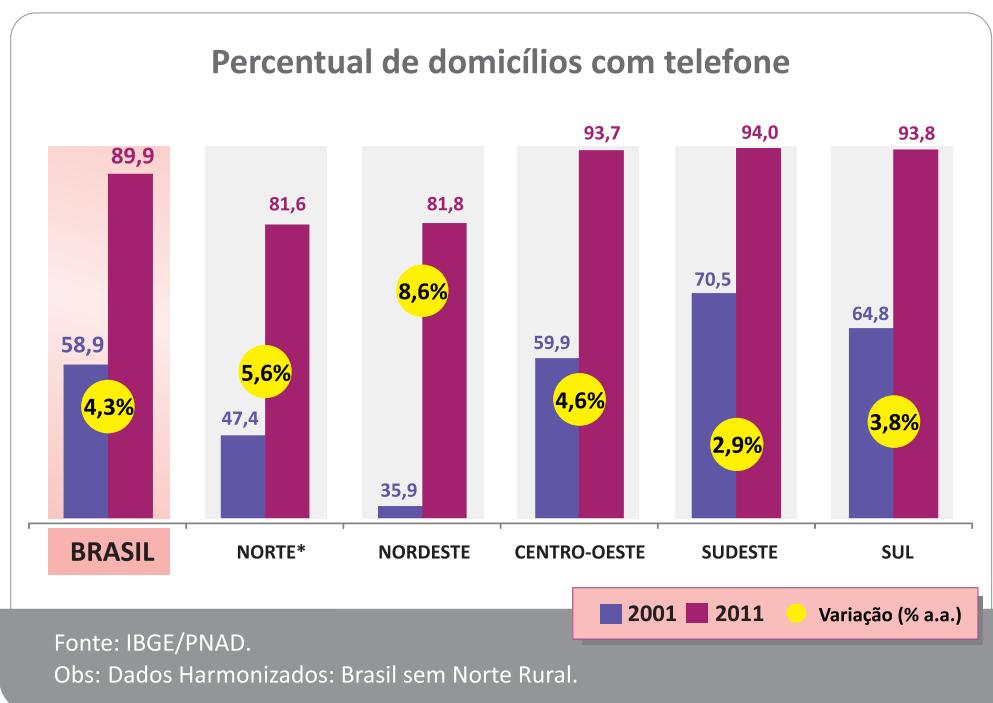
Entre 2004 e 2011, o uso domiciliar da internet triplicou, sendo que o maior crescimento foi observado a partir de 2009. Desde 2004, o bem durável que apresentou maior aumento nos domicílios foi o microcomputador com acesso à internet, cuja disponibilidade passou de 12,2% para 36,5% nos domicílios. Um contingente de 16,1 milhões de lares, que antes não contavam com acesso à internet, foram conectados à rede. Este resultado torna viável que o cidadão receba informações de variadas fontes, possibilita a democratização do conhecimento e facilita o acesso a serviços públicos, à educação e ao trabalho.



Outro ponto importante é que a proporção de domicílios com acesso à Internet cresceu em todo território nacional, e com maior velocidade justamente nas regiões menos atendidas. Entre 2009 e 2011, o crescimento registrado nas regiões Norte e Nordeste foi de 67% e 57%, respectivamente, enquanto a média nacional foi de 40%.

Aumenta o número de domicílios com acesso ao telefone

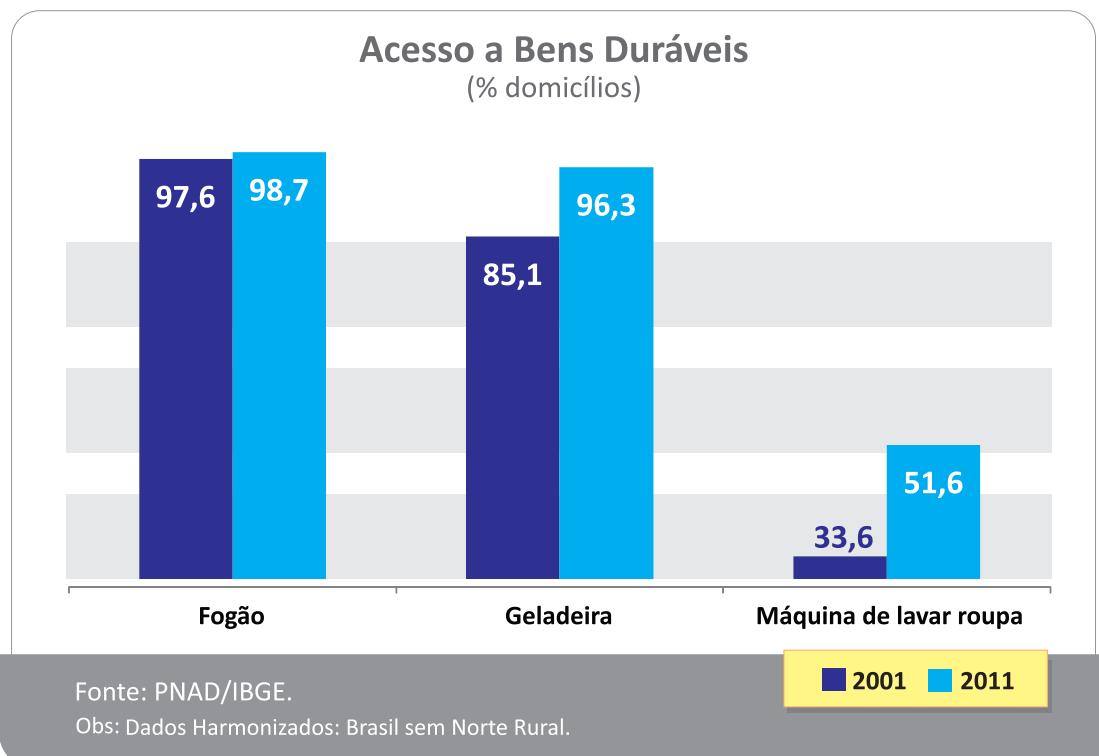
Em 2011, 89,9% dos domicílios brasileiros contavam com pelo menos um tipo de telefone – móvel ou fixo, contra 58,9% em 2001. Contribuíram para esta expansão tanto o aumento da renda e do poder de consumo das famílias quanto a expansão dos serviços – especialmente de telefonia celular, que está presente em 49,7% dos lares e cuja infraestrutura atinge atualmente todos os municípios brasileiros.



Cresce acesso a bens duráveis

Em 2011, quase todos os domicílios brasileiros possuíam fogão e geladeira, e mais da metade possuía máquina de lavar roupa.

A aquisição destes bens está associada não só ao aumento de poder de compra das famílias, que levou a uma forte expansão do consumo, em especial da linha branca, mas também à universalização do acesso à energia elétrica.



SAÚDE
EDUCAÇÃO
DESENVOLVIMENTO SAÚDE
ACESSO A BENS E SERVIÇOS INCLUSÃO SOCIAL
INCLUSÃO SOCIAL RENDIMENTO ERRADICAÇÃO DA POBREZA
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE SAÚDE RENDIMENTO TRABALHO DIGNO RENDIMENTO
SAÚDE RENDIMENTO SAÚDE ERRADICAÇÃO DA POBREZA
SAÚDE INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE EDUCAÇÃO RENDIMENTO
SAÚDE IGUALDADE INCLUSÃO SOCIAL RENDIMENTO
EDUCAÇÃO SAÚDE ERRADICAÇÃO DA POBREZA TRABALHO DIGNO EDUCAÇÃO
SAÚDE TRABALHO DIGNO ERRADICAÇÃO DA POBREZA EDUCAÇÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA SAÚDE RENDIMENTO TRABALHO DIGNO EDUCAÇÃO
SAÚDE EDUCACÃO RENDIMENTO EDUCACÃO TRABALHO DIGNO EDUCAÇÃO
INCLUSÃO SOCIAL INCLUSÃO SOCIAL RENDIMENTO INCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE DESENVOLVIMENTO EDUCACÃO SAÚDE RENDIMENTO
EDUCAÇÃO EDUCACÃO EDUCACÃO RENDIMENTO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA EDUCACÃO
EMPREGO EDUCACÃO
ERRADICAÇÃO DA POBREZA
TRABALHO DIGNO
RENDIMENTO
INCLUSÃO SOCIAL SAÚDE
IGUALDADE
RENDIMENTO
SAÚDE
EDUCAÇÃO

ANEXO ESTATÍSTICO

Anexo Estatístico

Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes			
Indicadores	2001	2011	Fonte
Expectativa de vida (em anos)	70,7	74,1	IBGE ¹
Média de anos de escolaridade – 25 anos ou mais	6,0	7,4	PNAD/IBGE ³

Índice de Desigualdade de Gênero			
Indicadores	2001	2011 ²	Fonte
Taxa de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos)	80,3	62,0	MS
Taxa de fecundidade na adolescência (nº de filhos para cada 1000 mulheres de 15-19)	96,2	80,1	IBGE ¹
Participação de mulheres no congresso (%)	5,9	8,8 (2012)	Congresso Nacional
População feminina com pelo menos ensino médio – 25 anos ou mais (%)	26,1	41,5	PNAD/IBGE ³
Participação das mulheres na PEA – 25 anos ou mais (%)	41,9	43,8	PNAD/IBGE ³

Pobreza			
Indicadores	2001	2011	Fonte
População em pobreza extrema (menos de US\$ 1,25/dia) (%)	14,0	4,2	IBGE/IPEA

Domínio sobre Recursos			
Indicadores	2001	2011	Fonte
RNB per capita (US\$ PPC) – valores correntes	7.100,9	11.547,1	IBGE/FMI
PIB per capita (US\$ PPC) – valores correntes	7.358,0	11.769,1	IBGE/FMI
Formação bruta de capital fixo (% do PIB)	17,0	19,3	NSNC/IBGE
Consumo da administração pública (% do PIB)	19,8	20,7	NSNC/IBGE
Carga tributária (% do PIB)	34,4	35,3	RFB
Gasto público com educação (% do PIB)	4,8	6,1	INEP/MEC
Gasto público com saúde (% do PIB)	3,2	3,8	MS
Gastos com defesa (% do PIB)	0,9	0,8	SIAFI/STN
Serviço da dívida (% do PIB)	6,7	5,7	BCB
Índice de preços ao consumidor (IPCA % aa)	7,7	6,5	IBGE

Anexo Estatístico

Saúde			
Indicadores	2001 ²	2011 ²	Fonte
Mortalidade infantil (por mil)	25,9	15,2 ⁹	MS ⁴
Mortalidade na infância (por mil)	30,2	17,5 ⁹	MS ⁴
Mortalidade de adultos – homens (probabilidade de um homem de 15 anos morrer antes dos 60 anos) (por mil)	292,3	230,4	IBGE ⁵
Mortalidade de adultos – mulheres (probabilidade de uma mulher de 15 anos morrer antes dos 60 anos) (por mil)	143,8	107,1	IBGE ⁵
Cobertura de vacinação contra sarampo (tríplice viral) (%)	100	99,9 (2010)	MS
Cobertura de vacinação contra DPT (2001) e DPT+Hib (2010) (%)⁶	97,5	97,7 (2010)	MS
Crianças de até 5 anos abaixo do peso (%)	5,7 (1996)	1,9 (2006)	PNDS/MS
Mortes por malária (por milhão de habitantes)	0,8	0,4 (2010)	MS
Mortes por cólera	0	0	MS
Mortalidade por doenças cardiovasculares (por 100 mil hab)	269,0	210,0 (2010)	MS
Mortalidade por diabetes (por 100 mil hab)	37,0	36,0 (2010)	MS
Prevalência de HIV entre 15 e 49 anos (%)⁷	0,6 (2004)	0,6	MS
Médicos por 10.000 habitantes⁸	17,3	19,5	CFM/IBGE

Educação				
Indicadores		2001 ²	2011	Fonte
Adultos alfabetizados (15 anos ou mais) (%)		87,6	91,6	PNAD/IBGE ³
População com pelo menos o ensino médio (18 anos ou mais) (%)		26,9	42,5	PNAD/IBGE ³
Taxa bruta de matrícula:	Ensino fundamental - anos iniciais (%)¹³	100,7 (2005)	114,1	MEC/Inep
	Ensino fundamental - anos finais e ensino médio (%)¹⁴	96,8 (2005)	91,9	MEC/Inep
	Ensino Superior (%)¹⁵	15,1	27,8	MEC/Inep
Taxa de evasão escolar (ensino fundamental - anos iniciais) (%)		8,2	1,6	MEC/Inep

Integração Social				
Indicadores		2001	2011	Fonte
Taxa de ocupação (%)		90,7	93,2	PNAD/IBGE ³
Taxa de desemprego entre jovens (16 a 25 anos) (%)		17,1	14,5	PNAD/IBGE ³
Trabalho infantil (5 a 14 anos) (%)		6,8	3,2	PNAD/IBGE ³

Fluxos Internacionais de Comércio (bens e serviços)				
Indicadores		2001	2011	Fonte
Exportações de serviços (% do PIB)		1,7	1,5	BCB/MDIC
Exportações de bens (% do PIB)		10,5	10,3	BCB/MDIC
Exportação de manufaturados (% das exportações de bens)		56,6	36,0	BCB/MDIC
Importação de serviços (% do PIB)		3,1	3,1	BCB/MDIC
Importação de bens (% do PIB)		10,0	9,1	BCB/MDIC

Anexo Estatístico

Fluxos Internacionais de Capital			
Indicadores	2001	2011	Fonte
Investimento externo direto líquido (% do PIB)	4,1	2,7	BCB
Reservas totais exceto ouro (% do M2) ¹⁰	11,1	21,7	BCB

Inovação e Adoção de Tecnologia			
Indicadores	2001	2011 ²	Fonte
Formados em ciência e engenharia	56.511,0	109.742,0 (2010)	MCT
Acesso a eletricidade (% da população)	95,5	99,3	IBGE/PNAD ³
Moradores de domicílio com computadores pessoais (mil unidades)	21.257,0	87.352,0	IBGE/PNAD ³
Usuários de internet com 10 anos ou mais (mil unidades)	–	77.386,0	IBGE/PNAD ³
Moradores de domicílio com acesso a telefone – fixo e móvel (mil unidades)	98.061,0	175.599,0	IBGE/PNAD ³

Tendências Populacionais			
Indicadores	2001 ²	2011 ²	Fonte
População total (mil)	173.808,0	194.932,7	IBGE ⁵
Taxa de crescimento médio da população	1,05 (2005-2010)	0,78 (2010-2015)	IBGE ⁵
População urbana (% do total)	83,9	86,7	IBGE/PNAD ³
Idade média	25,6	29,3	IBGE ⁵
Razão de dependência total¹¹	53,5	47,3	IBGE ⁵
Razão de sexo ao nascer¹²	104,9	105,0	IBGE ⁵
Taxa de fecundidade total	2,3	1,7	IBGE ¹

NOTAS:

¹ Para 2001, Projeção-Revisão 2008 e, para 2011, Tábuas de Mortalidade de 2011.

² Quando os dados de 2001 ou 2011 não estavam disponíveis, utilizou-se o dado do ano indicado entre parênteses.

³ Dados sem Norte rural.

⁴ SIM-Sinasc CGIAE/SVS/MS.

⁵ Projeção-Revisão 2008.

⁶ Difteria, Tétano e Coqueluche -DPT (2001) e DPT+Haemophilus - DPT+Hib (2010).

⁷ PNDST-AIDS/MS.

⁸ CFM/IBGE Pesquisa Demografia Médica no Brasil: 2011.

⁹ Dado preliminar.

¹⁰ Relação entre a quantidade de reservas internacionais (excluindo as reservas em ouro) e os meios de pagamento do país pelo conceito M2 (papel moeda em poder do público + depósitos à vista + depósitos especiais remunerados + poupança + títulos emitidos por instituições depositárias).

¹¹ Peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

¹² Razão entre o número de homens e o número de mulheres ao nascer.

¹³ População que frequenta os anos iniciais do ensino fundamental, dividida pela população de 6 a 10 anos.

¹⁴ População que frequenta os anos finais do ensino fundamental mais a que frequenta o ensino médio, dividida pela população de 11 a 17 anos.

¹⁵ População que frequenta a educação superior, dividida pela população de 18 a 24 anos.

Nota Geral: Neste documento, onde se lê “Dados sem Norte rural”, entenda-se dados que não consideram a área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

